



13 DE NOVEMBRO DE 2013

“Planejando o Ambiente Cultural do Patrimônio da Humanidade ”

APRESENTAÇÃO DE WASHINGTON FAJARDO, PRESIDENTE DO INSTITUTO RIO
PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE - IRPH



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

CONSELHO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES DA CIDADE

Ata da reunião de 13 de novembro de 2013

Nesta data, reuniu-se, por convocação da Presidência do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP, o Conselho Estratégico de Informações da Cidade, órgão colegiado da estrutura do IPP, de acordo com a Lei 2.689, de 01 de dezembro de 1998, com as seguintes pautas:

Planejando o Ambiente Cultural do Patrimônio da Humanidade – apresentação de Washington Fajardo, presidente do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – IRPH.

O Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) tem como objetivo proteger e promover o patrimônio cultural do Rio de Janeiro, fiscalizando e autorizando o licenciamento de obras relativas ao patrimônio cultural do Município do Rio de Janeiro e sua ambiência; planejar, coordenar, desenvolver e supervisionar programas, projetos e demais ações técnicas necessárias para a proteção, além da conservação e a preservação dos bens tangíveis e intangíveis que integram o patrimônio cultural da cidade.

Entre as atribuições do instituto também está o dever de promover iniciativas com outros níveis de governo para realização dos objetivos da política do patrimônio e para a integração das ações de proteção e de conservação entre órgãos e entidades municipais, estaduais e federais, bem como manter atualizado o banco de dados sobre o patrimônio cultural do Município do Rio de Janeiro e proporcionar os meios de acesso às informações.

A reunião realizou-se na sede do IPP com a presença dos Conselheiros abaixo assinados e contou, também, com a participação de Washington Fajardo, Presidente do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – IRPH.

O Presidente do Conselho Estratégico de Informações da Cidade, Mauro Osorio, e a Presidente do IPP, Eduarda La Rocque, apresentaram os presentes na reunião e agradeceram a presença de todos.

O tema deste encontro é o planejamento do ambiente cultural da cidade do Rio de Janeiro, que é feito pelo Patrimônio da Humanidade Cidade do Rio de Janeiro.

Eduarda esclarece para o palestrante que o objetivo da reunião é ajudar na evolução do projeto estratégico. Segundo ela, um dos objetivos do Conselho é levantar questões e fazer críticas construtivas. A presidente passa a palavra ao palestrante, que dá início a sua apresentação.

Para dar início ao debate, Washington Fajardo fala um pouco de sua vida profissional, mostrando por onde passou antes de chegar ao IRPH, e explica que sua apresentação irá mostrar todo o panorama de trabalho do IRPH com foco no Centro do Rio.

“Planejando o Ambiente Cultural do Patrimônio da Humanidade” – apresentação de Washington Fajardo, Presidente do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – IRPH.

- ✦ O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas.

Washington Fajardo explica que ao assumir o Patrimônio da Humanidade construiu um plano de trabalho para o Instituto. Segundo Fajardo, a ideia era recuperar o vanguardismo da atuação da criação do patrimônio na esfera municipal. O conceito surge com a experiência do corredor cultural, essencialmente uma experiência territorial, urbanística com foco no centro histórico, uma experiência holística, um entendimento avançado do território



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

central, tratando sobre conjunto edificado, tecendo comentário sobre qualidade do espaço público, entrando até em considerações sobre qualidade de nova arquitetura inclusive a paisagem gráfica.

"Entendi que o trabalho era de fato recuperar essa capacidade de tratar essas áreas, hoje chamadas como ambientes culturais. É outra inovação da cidade do Rio. Procurar tratar essas áreas a altura da complexidade que elas demandam". explica Fajardo.

Dando continuidade a apresentação, Washington mostra a realidade de imóveis tombados e preservados pelo Patrimônio. A necessidade de se preservar começa em 84, com o corredor cultural, e isso se expande inicialmente para uma pequena área no Humaitá, depois Santa Teresa com a Lapa, dando origem a Apac, e o Plano Diretor de 92, que vem a consolidar esse instrumento, área de proteção do ambiente cultural. Além da região central, Paquetá, Santa Cruz e Marechal Hermes também estão inclusas. Isso hoje significa um universo de mais de 35 mil imóveis preservados. De São Cristóvão ao Leblon é cerca de 40% do território urbanizado, preservado.

Fajardo explica que o plano foi uma construção coletiva e passou pela esfera técnica, tendo legitimidade em Plano Diretor. "A sociedade em alguns momentos questionou, em outros momentos sempre recorre a essa proteção para fazer a defesa da qualidade do seu ambiente urbano", explica o presidente do IRPH.

"Hoje, nosso Plano Diretor diz claramente que a paisagem é o bem mais valioso do Rio de Janeiro. Isso, de certa maneira, levou a ter esse reconhecimento da Unesco." lembra Fajardo.

Para o presidente do IRPH, o Rio de Janeiro quer um desenvolvimento urbano diferenciado. Um município que de fato tem um posicionamento especial é uma cidade que leva em consideração esses atributos naturais e culturais como relevantes para seu desenvolvimento urbano. Entretanto, essa cidade, ao mesmo tempo, faz uma proteção que é de caráter intensivo para uma proteção extensiva, o monumento, o bem, o meio, o ambiente cultural.

"Éramos um distrito federal cujo o objetivo era cuidar de uma cidade, e começamos a criar as bases políticas, administrativas a partir dos anos 70. Essa gênese da cidade do Rio de Janeiro como município ela toma o rumo em direção à criação do corredor cultural, das políticas de preservação, mas em paralelo ela cria a Barra da Tijuca e ela também cria um processo de expansão, e legitimada também pela própria administração municipal. Esses dois modelos, uma cidade que preserva a sua área central, histórica, do ponto de vista de conjunto construído e ao mesmo tempo perde densidade", explica Fajardo

Ainda explicando o mapa, Fajardo mostra as áreas do corredor histórico a serem preservadas, que vai do Porto

Concentramos muito esforço nisso, além de muito esforço em conservar e recuperar esse conjunto, esse acervo já protegido. É uma investigação, digamos, sobre esse *modus vivendi carioca*. É aquele caso pitoresco, mas acho que é bem interessante, o reconhecimento do vendedor de mate e biscoito polvilho como bem imaterial da cidade. A gente passou a dar legitimidade a essa atuação. Inclusive, demos a esses trabalhadores a oportunidade de terem seu registro profissional", diz Fajardo.

Dentre as ações do IRPH, legitimamos o Fundo Municipal de Conservação. Também o Plano de Gestão das Apacs, um instrumento que agora está sendo trabalhado. Outra ação importante foi a Lapa Legal e Praça Tiradentes. É importante ir além da requalificação do espaço físico, ter um plano sustentável para recuperação da área, e nesse sentido se inseriu a criação do Centro Carioca de Design.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Voltando para a região do Porto, Fajardo destaca a criação de um mecanismo que destinasse uma parte dos recursos da revitalização para recuperação do patrimônio. Assim, 3% dos recursos das Cepacs, por definição legal, passaram a ficar obrigatoriamente destinados à recuperação do patrimônio do Porto. Isso possibilitou diversas ações a partir desse recurso, como os jardins suspensos do Valongo, que foi recuperado e os Galpões da Gamboa. É importante frisar que esses processos já existiam.

"Durante as restaurações foram encontrados vários objetos, que foram enviados à Biblioteca Nacional e outros para São Paulo, a fim de serem restaurados. Encontramos um diário do Império e achamos várias moedas também."

O Centro Cultural José Bonifácio também foi restaurado e manteve a sua função dedicada à cultura afro-brasileira. Dando continuidade a apresentação, Fajardo exhibe imagens da recuperação do Cais do Valongo. Essa região era um grande complexo escravocrata, aonde se chegavam os africanos então escravizados.

Outra iniciativa do Patrimônio foi instalar placas com a história e/ou significado de certos lugares para a Cidade do Rio de Janeiro. As placas são colocadas em lugares não necessariamente tombados, mas que simplesmente tenham história de memória.

A revitalização de praças e locais de convívio público também foi feita pelo Instituto. As grades da Praça Tiradentes e Saens Peña, que foram retiradas, é um exemplo disso. Espaços que estavam lá ociosos também foram restaurados. Hoje, passamos a ter uma proliferação de bares, restaurantes.

Continuando a apresentação, Fajardo explica que o Patrimônio também trabalha em cima de vazios urbanos, mas também com readensamentos.

"Há um grande conjunto ocioso que poderia ser recuperado, que poderia abrigar habitação. Nesse sentido, fizemos um estudo muito pontual, também fruto de um trabalho em conjunto, de poder permitir alguns readensamentos pontuais em alguns terrenos para uso habitacional, explica Fajardo."

Atualmente, o Patrimônio repassa recursos públicos para restaurar imóveis. O edital paga a restauração de fachadas, cobertura, estrutura, acessibilidade e instalações prediais. Não é o proprietário que aplica esses recursos. Quem recebe o recurso público são profissionais que tem competência técnica para gerir esse recurso

"O foco é legitimar a restauração com a manifestação do campo da cultura e também se beneficiar das externalidades dessa ação. É um modo de combater uma degradação que muitas vezes acaba sendo geral. E essa ação de beneficiar um espaço público produz um resultado; a ação de ordenamento também ajuda, ", diz Fajardo

Falando de outras regiões da cidade, Fajardo ressalta a Apac feita em Marechal Hermes. Foi a primeira Apac feita já com a definição do seu mecanismo de financiamento. Marechal Hermes, feito em 1913, é um bairro projetado. Originalmente, para moradia de trabalhadores, passando, depois, a ser uma ocupação de militares.

"O bairro tem muitas qualidades ambientais, um conjunto construído de qualidade do primeiro núcleo de formação, espaço público, arborização. Temos lá o Teatro Armando Gonzaga, projeto do Reidy. Entretanto, para essa área importante e pelo perfil social da população, existe um mecanismo de financiamento, a fim de permitir essa recuperação", ressalta o presidente do IRPH



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Finalizando sua apresentação, Washington Fajardo destaca que o modo de atuar do Patrimônio, olhando para um território específico e definindo as suas interfaces, é um modo de integrar políticas, setores e combater um pouco essa tendência à fragmentação dentro da própria administração.

“O Patrimônio tem se voltado para esses valores locais de identidade, memória, mas também olhado para outras experiências. Desejamos muito ter uma nova inserção do Rio de Janeiro no plano internacional, e eu acho que poderíamos fazer isso a partir da valorização dos nossos valores mais simples do cotidiano, como sentarmos na Praça Tiradentes e conversarmos com alguém”, finaliza Fajardo.

Após o fim da apresentação do presidente do IRPH o Conselho inicia o debate e expõe suas opiniões acerca da apresentação.

Mauro Osorio, Presidente do conselho, levanta a questão acerca do não uso de áreas na região do Centro, dos locais vazios e que os proprietários não usam e não tem interesse de repassar.

“Existe uma área deserta no morro da Conceição, uma área muito pouco usada, um terreno que está com capim alto. Na verdade, deveria existir uma política na prefeitura para negociar todas as áreas desertas que não estão sendo utilizadas. Qual vai ser o uso público dessas áreas?”, questiona Osório.

Segundo Fajardo, o prefeito já fez esse anúncio, além do projeto de lei para estimular a produção habitacional ali na área. Também a prefeitura se comprometeu com cerca de duas mil novas unidades de habitação de interesse social ali no Porto e isso vai ser feito através de um conjunto grande de desapropriações.

Jailson de Souza questiona o fato de o carioca cuidar tão pouco de seu patrimônio e Fajardo explica que essa dinâmica não é verdadeira, pois a degradação ocorre prioritariamente na área do Centro da Cidade. Já indo para Zona Sul e Oeste a realidade não é essa.

Fajardo ressalta que revitalizar um imóvel, ou mudar a sua utilização, pode mudar uma região de forma significativa.

A Presidente do IPP, Eduarda La Rocque e o presidente do Conselho, Mauro Osorio, finalizam a reunião agradecendo os presentes.

A Secretária Executiva, Daniela Góes, tomou notas e elaborou esta Ata, que vai assinada pelos Conselheiros presentes. Eventuais correções serão encaminhadas pelos Conselheiros e constarão da ata da próxima reunião do Conselho.

Rio de Janeiro, 13 de Novembro de 2013



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

CONSELHEIROS

MAURO OSÓRIO DA SILVA
PRESIDENTE

EDUARDA LA ROCQUE
IPP

SERGIO FERRAZ MAGALHÃES
IAB/RJ

LUIZ CESAR DE QUEIROZ RIBEIRO
IPPUR/UFRJ

ROBERTO DE ANDRADE MEDRONHO
UFRJ

JEAN LEONARDUS CARIS
CASA CIVIL

MARIA ALICE REZENDE DE CARVALHO
PUC-RIO

JORGE GUILHERME DE MELLO BARRETO
CEPERJ

JAILSON DE SOUZA E SIVA
OBSERVATÓRIO DE FAVELAS UFF

SILVIA RAMOS
UCAM

WASMÁLIA BIVAR
IBGE

MARCELO CORTES NÉRI
FGV

LUIZ MARTINS DE MELO
IE/UFRJ

BRUNO JORGE VAZ SASSON
SESDEC